

MULHERES EM AÇÃO: REVOLUÇÕES, PROTAGONISMO E PRÁXIS DOS SÉCULOS XIX E XX

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti*

Resumo

Este artigo traz como premissa a análise da condição feminina ao longo do século XIX e XX, enfatizando categorias como revoluções, protagonismo e práxis e movimento de mulheres que projetaram mudanças no *status quo* e nas agendas de políticas públicas específicas nacionais e internacionais. Enveredar pela abordagem da militância ressalta ainda que, a princípio, os vínculos eram mais fortes no que se refere à questão do trabalho, depois ganhando caráter mais político e fundamentado.

Palavras-chave

Mulheres; história; revolução; trabalho; família.

Abstract

This article is based on the analysis of women condition during the 19th and 20th centuries. It emphasizes categories such as revolutions, protagonism, praxis and women's movement which projected changes in the status quo and in public policies agendas in the national and international scenery. As the militancy is approached, it is noted that in the beginning, strong links in women's movement were originated by labor issues which later on, acquired a political and well-founded character.

Key-words

Women; history; revolution; labor; family.

A grande revolução deste século não foi o marxismo, foi o feminismo.

Perry Anderson.

A teoria feminista reconceitualiza a conexão entre o ser e o pensar.

Catherine MacKinnon.

Considerações iniciais

Ao longo do “breve século XX”, as mulheres travaram batalhas por seus direitos e pela garantia de melhores condições de vida e trabalho. Por esse fato, menciona-se frequentemente que o século que se inicia será o das mulheres, tão rápida e significativa foi a evolução de sua condição nas últimas décadas do XX, em especial, porque o combate deixou de ser específico e vinculado somente à questão de sexo, mas se configurou como um fator de preocupação em âmbito mundial. Ainda existem muitas controvérsias e caminhos a serem percorridos, mas há uma concordância de que a temática gênero se sobrepôs, tanto na área acadêmica quanto no que se refere às políticas públicas específicas.

De uma luta, primordialmente, travada para “sair” do espaço privado, ocupar lugares públicos e a cidadania de direito, o processo histórico vivenciado nesse período foi ritmado pelo enfrentamento e pela busca das mulheres em adquirir os direitos dos quais estavam privadas e para construir uma dinâmica, uma práxis diferente da pretendida anteriormente, uma ordem exclusivista e de minorias ocultadas. A “politização do privado” descortina-se como pauta e agenda, e não mais como um dos silêncios da esfera doméstica que caracterizavam os finais do século XIX e a primeira metade do XX.

Para melhor abranger a especificidade que assume para a mulher a vivência da atividade laboral - seja ela em casa ou na indústria, ou qualquer outro local -, torna-se proeminente buscar reconstruir a trama e as articulações mais amplas que englobam essa relação, no âmbito social e econômico, que orientam o processo e as formas de absorção dessa força de trabalho.

Acompanhando o processo de inserção da mulher nas práticas e nas experiências sociais, a agenda e a ação feministas vêm sofrendo inclusões e exclusões ao longo do último quartel do século XX, configurando-se sobremaneira o *empowerment* – termo usado pelas agências internacionais para promover o desenvolvimento e ações que fomentem os Direitos Humanos das mulheres como sujeitos históricos.

Convencionou-se denominar esse período de segunda onda feminista,¹ levando-se em consideração que a primeira etapa está relacionada com as manifestações em prol dos direitos da mulher e de participação política do século XIX. Afinal, a primeira metade do século XX foi de intensa turbulência política, devido à erupção das duas guerras mundiais

e dos movimentos ideológicos que abalaram o velho continente, com repercussão nas Américas do Norte e do Sul. Paralelamente, aconteceu um processo revolucionária na Rússia (1917), que transformou os rumos do século inteiro.

A segunda fase do feminismo foi profundamente matizada e reconhecida por marchas políticas e pronunciamentos radicais, podendo-se inferir que configurava a fase mais contestadora do movimento. Feministas foram às ruas – depois de um prolongado hiato – pedindo igualdade no sentido liberal-libertário.

As teóricas mais conhecidas – em âmbito internacional – daquela fase foram as norte-americanas Kate Millet e Susan Brownmiller, além da australiana Germaine Greer. As ativistas Gloria Steinem e Betty Friedan indicaram caminhos e se destacaram como exemplos acadêmicos.

Os debates intelectuais ocorridos oscilavam entre as propostas liberais e as linhas mais ortodoxas do marxismo. Aqui merece referência Shulamith Firestone, feminista marxista que buscou enfatizar em suas pesquisas a condição feminina dentro da perspectiva dialética das relações sociais e econômicas, bem como sua utilidade no sistema capitalista global. Por isso, é imprescindível discorrer sobre as diversas teorias e práticas desenvolvidas no período, indo ao encontro de uma maior compreensão das propostas e das divergências existentes dentro do próprio movimento, tanto na práxis quanto no discurso.

Tomando-se essa precaução, enveredar por algumas referências teóricas que respaldem a análise sobre a condição feminina é mais do que evidente, levando-se em consideração categorias e conceitos da historiografia contemporânea que procuraram compreender e trazer à tona não só o aporte feminista, mas sua configuração social para o olhar sobre a História recente.

Uma das contribuições relevantes para a investigação da História Social é valer-se de categorias relacionais, expostas nas obras de Margaret Mead, Joan Scott, Eleni Varikas, Michelle Perrot, acrescentando-se, sobretudo, uma já relevante produção historiográfica brasileira, responsáveis pela construção de análises e investigações a partir da alquimia entre classe, raça, gênero e geração.

Se as atitudes características que consideramos tradicionalmente como femininas – a passividade, o nervosismo e uma tendência a querer bem às crianças – podem tão facilmente fazer parte do caráter masculino numa tribo e, em outra, serem afastadas pela maioria, tanto dos homens como das mulheres, nada mais nos autoriza a supor que tais aspectos do comportamento são ligados a um sexo. (...) Os documentos provam que muitos, se não a totalidade, dos traços que qualificamos de masculinos ou femininos estão tão superficialmente ligados ao sexo quanto às vestimentas, os modos, o penteado, etc., que dada sociedade, em momentos diversos, atribui a um ou a outro dos sexos.²

Nesse sentido, é importante ponderar o modo como as mulheres foram incorporadas como meios de produção desde os primórdios da era industrial. Aqui, fazemos uso da obra marxiana ao descrever e analisar os efeitos da apropriação pelo capital da força de trabalho feminina e infantil, na fase de implantação do capitalismo. Enfatizamos, ainda, os efeitos da extensão da relação direta de exploração capitalista sobre as mulheres, redefinindo formas de diferenciação social entre os sexos e influenciando na modificação da estrutura da força de trabalho.

Karl Marx aborda para esse assunto a seguinte premissa: “de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se, imediatamente, em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador sem distinção de sexo e idade sob o domínio direto do capital”.³ Sendo assim, o emprego da população feminina e de crianças, como membros da força de trabalho suplementar, tem como consequência direta à queda do salário médio.

Revolução, trabalho e mulheres: pauta do século XIX

Depois de meados do século XIX, tanto a mulher quanto outros membros da família foram integrados no mercado de trabalho, possibilitando um aumento substantivo na força de trabalho disponível. Todavia, isso também impôs uma nova dinâmica dentro do próprio sistema de produção, elevando o grau de exploração da classe trabalhadora e sinalizando um momento singular do processo histórico contemporâneo.

Tal fato pode ser observado em relato de Ann Eggle, mineradora de 18 anos que trabalhava nas minas da Inglaterra e que revela muito da condição de trabalho e das nuances de um cotidiano repleto de discriminação.

Eu realmente não sei como soletrar o meu nome. Nós acordamos às 4:00, algumas vezes às 4:30 h. Iniciamos o trabalho assim que descemos às minas. Nós encerramos os trabalhos após as 16 ou 17:00 h. Nós trabalhamos o tempo inteiro, exceto as horas de lanche, e às vezes, nem temos tempo para comer. Eu sou gradadora (quem empurra a vagonete) e tenho feito isto por muito tempo. Eu sei que as vagonetes são muito pesadas e o trabalho é muito duro para mim. O suor é abundante sempre. À noite, estou muito cansada. É muito comum, ao chegarmos em casa, não termos forças para tomar banho e vamos direto para a cama. Normalmente, adormecemos na própria cadeira. Meu pai vive dizendo que é uma desgraça meninas trabalharem nas minas, mas, infelizmente, não temos outra coisa a fazer. Eu trabalho há onze anos nas minas. As garotas estão sempre cansadas. Eu fiquei doente duas vezes neste inverno, com fortes dores de cabeça.

(...)

Nós nem sempre temos bebidas e comida suficiente, mas temos uma boa ceia. Eu sei que meu pai acorda às duas horas da manhã para trabalhar e não retorna antes das 16:00h. Nós trabalhamos constantemente 14 horas por dia, exceto aos sábados. Nós usamos calças e, nas mudanças de minas, nossos sapatos ficam amarrados na cintura. As garotas nunca trabalham nuas da cintura para baixo. Os homens não nos insultam nas minas. A conduta das garotas nas covas é inconstante. Eu nunca freqüentei uma escola. O máximo que fiz foi ir a uma escola de domingo, mas tive que abandoná-la.

Ao abandoná-la, pensei como era ruim desperdiçar meus finais de semana. Aproveito os domingos para andar e respirar ar fresco. Eu nunca aprendi nada. Nunca vou à Igreja ou à Capela; não há igrejas ou capelas em Gawber, a mais próxima fica a mais de uma milha. Nunca ouvi que um bom homem virá para o mundo, representando o filho de Deus e será responsável pela salvação dos pecadores. Ninguém me conta nada sobre Cristo. Meu pai e minha mãe nunca me ensinaram a rezar. Eu não sei rezar. Eu nunca rezei.⁴

Como pode ser destacado do trecho acima, o movimento de mulheres se associava e se mesclava com as diversas expressões dos movimentos sociais que se fundaram nesse período em toda a Europa e nos Estados Unidos: a luta por redução na jornada de trabalho, salários, condições de vida e de trabalho infantil e direito de organização.

Na verdade, a militância e a organização do movimento de mulheres estavam completamente embriagadas pelas manifestações amplas sob responsabilidade das representações trabalhadoras. Qualquer abordagem sobre gênero e história traz à tona as transformações marcantes do século XIX, pois a sociedade industrial capitalista implicava e impunha uma nova racionalidade, uma nova ordem.

Sua instauração supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas. No entanto, o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história.⁵

Após a Comuna de Paris (1871), as manifestações feministas ganharam voz através da militante Clara Zetkin, quando – ao participar do Congresso de Fundação da II Internacional – proclamou:

Não é o trabalho feminino enquanto tal, através da competição com o trabalhador masculino, que abaixa os salários, mas a exploração da mulher trabalhadora pelo capitalista, que se apropria de seu trabalho. Assim como o trabalhador masculino é subjugado pelo capitalista, assim é a mulher pelo homem e assim ela permanecerá enquanto for economicamente dependente.⁶

Com um discurso radical e bastante comprometido com as bandeiras dos próprios movimentos operários, a socialista Zetkin foi uma das pioneiras no movimento feminista internacional, editando, inclusive, uma revista que defendia abertamente os direitos de igualdade e emancipação das mulheres, a *Die Gleichheit (A Igualdade)*. Foi delegada em inúmeros congressos e compôs a Socialdemocracia alemã. Em seus panfletos e conferências, estampava a causa feminista sob a perspectiva comunista e analisava a relação entre classes sociais e a situação contraditória vivenciada por mulheres da burguesia e do proletariado.

A busca pela construção do socialismo levantou manifestações até então inexistentes dentro dos movimentos sindicais e trabalhistas. As organizações esboçavam, nesse momento, os perfis de combate e as linhas-mestras de seus esforços, especialmente o direito ao voto feminino.

O intenso crescimento das marchas sociais, em pleno século XIX, também recrudesciu o despontar do feminismo, trazendo em seu seio os primórdios do espírito de democracia moderna e que, até então, somente haviam sido registrados como “gestos ou escritos feministas”.⁷ Até mesmo o que se denomina feminismo pré-1789, no período da França Revolucionária – abrangendo todos os aspectos da emancipação das mulheres e incluindo qualquer luta ou manifestação projetada para elevar seu *status* social, político e econômico – não pode deixar de ser pensado a partir da interpretação relacional e conjuntural, pois se trata de um período intenso e conturbado, de avanços econômicos e progressos que se fundem a muitos protestos e rebeliões.

Ainda partindo dessa perspectiva vivenciada em pleno florescer dos movimentos de reivindicação social presentes nos séculos XVIII e XIX – de exclusão social e inacessibilidade à educação e às condições melhores de vida e de trabalho –, cumpre ressaltar que a participação da mão-de-obra feminina na estrutura ocupacional, nas formações sociais capitalistas decorre, principalmente, das exigências do aparato produtivo em determinadas conjunturas ante as variações cíclicas da economia (expansão e retração).

Em períodos de crise econômica, quando a força de trabalho cresce em ritmo acelerado, ao passo que a procura diminui pronunciadamente,

Os trabalhadores tendem a desenvolver, acentuar ou reorientar as auto-representações recíprocas, subdividindo-se, discriminando-se e reintegrando-se em grupos profissionais, raciais, sexuais, religiosos. Acentuam-se, pois, certas manifestações contingenciais da consciência, como os preconceitos, que dividem internamente as classes, em contraposição com sua posição estrutural e seu destino. (...) Em épocas normais, entretanto, quando se verifica certo equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho, os trabalhadores são levados a abandonar ou atribuir menos importância às auto-representações recíprocas.⁸

Já no que concerne novamente à abordagem marxista sobre a questão do trabalho feminino, surge uma outra vertente, que é a de considerar que essa força cumpre, no mercado de trabalho, papel semelhante ao desempenhado pelo exército industrial de reserva, no qual a maior parte das mulheres está inserida, assim como todos os indivíduos que compõem as camadas excluídas. Outra suposição está relacionada às mulheres que permanecem fora do mercado de trabalho, na condição de donas-de-casa. Resta a dúvida se deverão ser incluídas ou não nessa categoria.

A abordagem sobre o mundo do trabalho traz o papel disciplinar exercido dentro da esfera familiar e social, pois “longe de destruir a família, (a industrialização) tenta reforçá-la para usá-la para seus próprios fins, não sem aumentar as contradições e tensões internas”.⁹ De fato, para compor o quadro a partir do qual a força de trabalho feminina se situa no mercado, tendo em vista os aspectos abordados, torna-se proeminente apontar a manipulação da condição de sexo na organização do próprio campo do trabalho.

Fatores como sexo, idade e raça/etnia se constituem em critério seletivo para a participação no mercado de trabalho, operando segundo as necessidades e conveniências do modo como se realiza o processo produtivo. Através desse tipo de manipulação, no que se refere à desvalorização da força de trabalho de mulheres, negros e pessoas mais velhas, também se almejam as diferenciações internas entre os trabalhadores, possibilitando, inclusive, distintas vivências no ambiente socioeconômico concreto e real.

A condição de sexo acaba por permitir salários diferenciados entre trabalhadores que realizam uma mesma tarefa, levando as mulheres a ocupar cargos e funções inferiores e de menor prestígio e remuneração, bem como criando maiores dificuldades para a profissionalização e promoção desse grupo social.

Ao acompanhar essa tendência analítica, é possível identificar estudos mais dirigidos ao caso brasileiro, que confirmam, a partir de dados quantitativos, a manutenção da condição de sexo do indivíduo como critério de seletividade na incorporação ao trabalho. Um exemplo desse tipo de investigação nas áreas das Ciências Humanas é o estudo desenvolvido por Eva Blay sobre o trabalho doméstico de mulheres. De acordo com a autora, “todas as formas de trabalho, sobretudo o industrial, são altamente seletivos. A incorporação das mulheres brasileira é reduzida e, nos postos qualificados, ela é quase excepcional”.¹⁰

Outra pesquisadora que também examina o trabalho doméstico é Margareth Benston, partindo do pressuposto de que essa atividade, além de incluir o cuidado de crianças, constitui uma grande quantidade da produção socialmente necessária e que “numa sociedade baseada na produção de mercadorias, não é freqüentemente considerado um verda-

deiro trabalho”. Ademais, acrescenta ainda que “numa sociedade na qual o dinheiro determina o valor, as mulheres constituem um grupo que trabalha fora da economia monetária”,¹¹ sendo por essa razão um grupo marginalizado socialmente.

De um lado, a participação da mulher na força de trabalho não depende exclusivamente dos mecanismos internos da produção capitalista. Outros fatores que dizem respeito à articulação entre o trabalho na produção social e o trabalho doméstico são fundamentais na caracterização do trabalho feminino e fornecem elementos para o entendimento da dupla determinação de classe e de sexo a que estão submetidas as trabalhadoras. Por outro lado, a inserção das mulheres no mercado de trabalho só muito recentemente tem redefinido papéis e padrões culturais tidos como seculares. Mesmo quando elas exercem o trabalho extradoméstico, continuam sendo as responsáveis pelos encargos da vida privada.

Tendo essa noção como premissa, a inserção feminina no mundo do trabalho produtivo está intimamente associada à sua situação de classe (condições políticas e econômicas) e à sua posição no contexto familiar (se de filha, esposa ou mãe).

Apesar de a historiografia conchamar as ações feministas para muito antes da eclosão dos movimentos sociais do século XIX, é difícil detectar anteriormente uma ação concreta e conscientizadora de uma vontade das mulheres por melhores condições de trabalho e vida. Com exceção de alguns pensadores – Diderot, Voltaire e Montesquieu –, que traziam em suas fundamentações a idéia de que a mulher era importante como agente de mudanças e como vanguarda revolucionária.

Onda revolucionária e expansão de fronteiras: Mulheres em ação

Precisamos desembaraçar-nos das velhas tradições, dos hábitos ultrapassados, para então ir em frente. O movimento feminista deu apenas o primeiro passo nessa direção. É necessário que se fortaleça para dar o segundo passo. O direito de voto e a igualdade civil podem ser reivindicações justas, mas a emancipação real não começa nem nas urnas nem nos tribunais. Começa na alma de cada mulher. A história nos ensina que em todas as épocas foi por seu próprio esforço que os oprimidos se libertaram de seus senhores. É preciso que a mulher aprenda essa lição: que a sua liberdade se estenderá até onde alcance seu poder de libertar-se a si mesma.

Emma Goldman, 1921.

Compreende-se o surgimento de diferentes manifestações sociais, justamente pós-Revolução Industrial, delineando uma nova configuração dentro do contexto social e econômico que impõe inesperadas formas de adaptação e reação para esse processo revolucionário. Por essa razão, mais do que simplesmente analisar a relação das mulheres com o mundo do trabalho e a emergente necessidade de se adequar à trama capitalista, o aparecimento de

movimentos sociais que expressassem as inquietações e as insatisfações ante o modo de viver e produzir, em destaque a cobrança de impostos revigorada na “primavera dos povos”, havia a necessidade de buscar os propósitos da França revolucionária: liberdade, igualdade e fraternidade. A solidariedade feminina – integrante dos próprios movimentos sociais que se espalhavam pelo território nacional –, ganha força e divulgação através da imprensa especializada.

A Mensageira, periódico de circulação nacional, trouxe a lume as questões levantadas pelas organizações e associações de mulheres – feministas ou não – e que solicitavam união e força para os novos rumos sociais almejados pelo sexo feminino.

Não é só para si que as mulheres trabalham, sustentando-se sempre, atirando-se uma após outra na estrada do progresso, fazendo sobressair toda a obra feminina, toda iniciativa, virtude e ciência feminina; é para a sociedade inteira, para o advento da justiça na ordem social. (...) Fazei-vos solidárias em tudo quanto exista em outra mulher de bom e de belo, fazendo brotar daí uma sociedade nova, em que os próprios homens não ousarão mostrar-se mais adversários das mulheres, em que a igualdade se tornará causa natural.¹²

A partir da constituição dos movimentos sociais que acompanham o processo histórico dos séculos XIX e XX, podemos adentrar na parte conceitual e teórica que delinea a própria categoria analítica. Afinal, quando se leva em consideração que o movimento social não é somente uma prática, mas também um esforço teórico de compreensão e análise da trama social no qual está inserido, é preciso ir além da simples e mera descrição.

Termo elucidativo, criado em 1840 para designar o movimento operário europeu e, posteriormente, sendo uma das bases teóricas do pensamento marxista, o movimento social é tido como uma organização racional da classe trabalhadora através de suas variadas expressões, tais como sindicatos e partidos. Todavia, é somente em pleno efervescer dos anos 90 – cento e cinquenta anos depois, com a crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim –, que a expressão ganha novas capacidades interpretativas, referindo-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, neste momento, organizadas espontaneamente na esfera da cultura.

Protagonistas do feminismo contemporâneo: os novos movimentos sociais

De um aspecto restrito no século XIX, a categoria se transmuta e oscila entre a determinação econômica e o papel ativo da cultura na constituição de sujeitos históricos, entre o ser racional e o ser espontâneo dos protagonistas da transformação social, sendo a partir dos últimos anos do século XX chamados de “novos movimentos sociais”.¹³

As contribuições que se multiplicaram nos finais dos anos 60 foram sem igual, especialmente dentro do próprio movimento feminista, de orientações diversas e nas marés da contracultura, exigindo maior atenção às injustiças sexuais.

Ao percorrer as experiências históricas elencadas ao longo de todo o século XX, é possível detectar que um dos grandes braços dos movimentos sociais era justamente o de mulheres. Isto porque combatiam em duas frentes, procurando conquistar direitos e participando dos grandes movimentos de emancipação social e política em nível mundial.

Ao acreditarem no poder libertador, na força de suas reivindicações e na possibilidade da construção da cidadania social, o movimento também acabava por impor um ritmo muito particular e específico aos combates e às bandeiras das mulheres.

Da russa Alexandra Kollontai, primeira mulher a integrar um governo, em 1917, e escritora de *As bases sociais da questão da mulher*, à norte-americana e negra Rosa Parks, que em 1955 recusou-se a ceder o lugar a um branco em um ônibus do Alabama, deflagrando o movimento dos direitos civis, ou a Djamilia Boupacha, heroína de guerra da independência argelina, ou a tantas outras, cujos nomes foram silenciados, mas cujas ações se tornaram inesquecíveis – exigindo inclusive uma revisão historiográfica – as mulheres – em distintos países e movimentos – pretenderam dar fim à exclusão social e ao “dever ser” a elas inculcado através das representações culturais, econômicas e políticas. É bem verdade que o panorama salientava um ambiente *sui generis* e que, a cada momento, também cobrava novas abordagens sobre temas vinculados à exclusão social, seja de sexo, geração, raça ou religião.

A opressão não poderia ser vista somente como algo vinculado à divisão dos sexos, indo mais além de um aparente atraso da ampliação dos preceitos de liberdade e justiça sociais. Entretanto, “a intimidade que sempre tiveram com as revoluções raramente as recompensou, e foi ao lutarem por seus próprios direitos que elas efetivamente alcançaram suas maiores vitórias”.¹⁴

Uma outra vertente bastante assinalada como preceptora do ideário feminista está vinculada à concepção de “mística feminina”, explorada por Betty Friedan, em seu livro de mesmo nome. A ruptura causada pela obra e proposição da psicóloga é tão marcante nos anos 60, ao enveredar pelo universo de mulheres de camadas mais abastadas da sociedade norte-americana em um estudo sobre o “mal sem nome”, ou seja, a não utilização de todas as capacidades dessas mulheres. “Ricas, tendo recebido educação universitária ou treinamento profissional, elas não se sentem felizes sendo só as verdadeiras mulheres que a sociedade exigia delas”.¹⁵

Não obstante, essa obra, juntamente com *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, foram as duas grandes referências para o feminismo no mundo e no Brasil. Esse último foi

considerado o primeiro trabalho de filosofia feminista que distinguiu as diferenças sexuais biológicas e as categorias socialmente impostas de gênero. Ambos foram elencados na lista obrigatória das mulheres que procuravam mudanças e novas possibilidades de atuação na esfera social e cultural. Mas o livro de Beauvoir somente extrapola os meios acadêmicos quando Friedan, em 1963, lança a *Mística Feminina*.

Com base nessas duas referências para o movimento feminista, que surge com força nas décadas de 60 e 70, organizações trazem à tona o que se convencionou chamar de movimento feminista pós-moderno. Um dos exemplos para os Estados Unidos foi a criação, em 1966 da National Organization of Women (NOW).

Uma leitura feita a partir do pensamento friedaniano foi elaborada por Heleieth Saffioti,¹⁶ pesquisadora feminista brasileira que afirmava ser a “mística feminina” um dos componentes da ideologia patriarcal que orientava as relações cotidianas entre homens e mulheres, no trabalho, na vida familiar, na comunidade e na política. A expressão acima trabalhada acaba por modelar uma concepção estereotipada da mulher, contraposta ao perfil de homem, cuja base se insere em um conjunto de símbolos, conceitos, mitos e identidade feminina na sociedade em que vive, além de orientar as relações estabelecidas entre homem/mulher.

No âmbito cotidiano, ocupa um sentido real e contribuiu para a reprodução e recriação de uma mística social mais ampla, na medida em que leva a mulher a internalizar o papel social que lhe é atribuído, bem como as desigualdades sociais dele decorrentes, aceitando-os como naturais e não culturais. No entanto, essa interpretação não pode ser considerada como exclusiva para a compreensão do processo de marginalização e exclusão social da mulher, mas torna-se essencial para desvendar e desconstruir símbolos, normas, padrões e perfis que trazem a inferiorização e a desvalorização como sujeitos históricos responsáveis pelos seus próprios atos e produtores de sua própria consciência.

Representações dos anos rebeldes no Brasil

Ainda a partir das premissas de Betty Friedan, outra proposta foi elaborada em 1971, por Rose Marie Muraro.¹⁷ Em plena vigência do AI-5 (Ato Institucional), a feminista viabilizou a vinda da norte-americana ao Brasil para o lançamento de *A mística feminina*, escandalizando a imprensa e parte da “sociedade machista”. Entretanto, a semente foi lançada para a proliferação de fóruns e debates sobre questões específicas da mulher.

O movimento feminista tinha ação bastante restrita e eficaz até os anos 70, quando ativistas, intelectuais e organizações não-governamentais, em sua maioria anglo-européias,

deram início a uma nova abordagem, questionando o papel do homem como sujeito de teorias liberais e marxistas. Na mesma época, lésbicas feministas levantavam suas bandeiras através da contestação no que se refere à normatividade patriarcal do heterossexismo.

A militância feminista, em sua expressão moderna, enfrentava um processo formador e conscientizador, além de insuflar grandes manifestações políticas ocorridas nos anos 60, nas marchas pelos direitos civis no Sul dos Estados Unidos, nos verões do “faça amor não faça a guerra”, nas comunas, com o advento da pílula anticoncepcional e nas demonstrações pacifistas fora e dentro dos Estados Unidos contra a presença militar norte-americana nos conflitos da ex-Indochina e Vietnã.

O movimento feminista foi, em parte, um subproduto da participação da mulher em todos esses eventos, que se tornaram momentos históricos pelos seus múltiplos e duradouros efeitos. Nesse sentido, o feminismo efetivamente marca o processo vivido ao longo do século XX e determina, inclusive, a partir dos anos 70, uma das formas de libertação, rompendo o isolamento e o silêncio até então dominantes, juntamente com os movimentos de negros, ecologistas, homossexuais e minorias étnicas, que se organizaram em torno de sua especificidade e se completaram na busca da superação das desigualdades e injustiças sociais.¹⁸

Na égide da modernidade, o movimento feminista – organização de mulheres em torno de problemas específicos de sua condição e experiências sociais – se legitima ao tentar eliminar as barreiras tradicionais de uma sociedade patriarcal marcada por discriminações. Juntamente com os passos do movimento libertário de 1968, a segunda geração de feministas amplia as reivindicações e contesta a supremacia do “macho branco” e sua pretensão de representar o universal, a totalidade da composição social.

No Brasil, sua maior expressão se deu no período de intensas transformações socio-culturais que permearam os anos 60, fazendo aflorar o feminismo, alcançando representatividade e força. Concretamente, tornou-se um movimento de politização e conscientização, não somente nas causas das mulheres, mas um intenso movimento social, tornando políticas e públicas as relações que se estabeleciam restritamente no domínio privado.

Passa a se ver relações de poder fazendo um tema político relevante. Por outro lado, não só relevou o problema das relações assimétricas – desiguais – entre homens e mulheres para o espaço político. É que a própria forma de intervenção do feminismo como organização política é muito inédita trazendo formas de participação política e de democracia participativa que se verificou nos movimentos homossexuais, estudantis e da contracultura. Esta é a importância mundial do feminismo. No caso do Brasil é interessante destacar que a maior parte dos grupos feministas foi originado e organizado por mulheres de classe média muitas delas com experiência de esquerda na época da ditadura militar.¹⁹

Cada um com suas formas próprias de organização e autonomia, acabaram dando lugar à busca de uma nova sociedade. Porém, todos traziam em suas frentes um cunho político muito forte, abrindo arenas para diálogo, em especial o feminismo, cujo objetivo maior era romper com os modelos tradicionais, além de caracterizar-se pela auto-organização em suas múltiplas frentes. “Os pontos de vista e as iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um monopólio da verdade, mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres”.²⁰

A potencialidade de fazer uma história de mulheres, enveredando por suas experiências e práxis, acaba por impor um exame crítico e refinado dos muitos trabalhos já elaborados e publicados até o presente momento. Isso porque, nesses enredos, as mulheres eram somente mais um dos personagens de uma linhagem oficial e positivista do processo histórico, elegendo-se heroínas em grandes teorizações que deixavam de perceber a trama e ações desses sujeitos.

É relevante, antes de qualquer coisa, inscrevê-las como agentes sociais no próprio percurso do fazer História. Todavia, isso implica uma “redefinição e alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto a atividades públicas e políticas”.²¹

Tomando a base da análise de Joan Scott, temos que essa nova perspectiva metodológica requer não somente uma nova história das mulheres, mas, sobretudo, uma nova história. Entrementes, um referencial teórico de caráter feminista consiste na busca de novos conhecimentos e tendências que não reproduzam inversamente as categorias do sistema ideológico de dominação vigente, buscando a ruptura com esses artificios e avançando tanto na teoria quanto na prática da investigação social.

Tendo em vista essa assertiva, torna-se crucial elaborar críticas aos estereótipos universais para ultrapassar definições e valores tidos como inerentes à natureza feminina. O exercício de construção e desconstrução, num movimento dialético do pensar o campo social e histórico, indicam mais do que uma nova tendência da historiografia contemporânea; apontam para uma revisão das ferramentas e das análises das diversas temporalidades que envolvem o processo histórico.

Aos poucos, a produção e fixação de tendências feministas na produção acadêmica, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, torna-se irrevogável e acelera o ritmo de recuperação da presença, dos papéis e das percepções das mulheres sobre e na história.

O incremento dos estudos e das investigações de cunho feminista, efetivamente, demonstram os resultados alcançados pela historiografia mais recente, em especial a produção científica daquelas(es) pesquisadoras(es) que fomentavam a expansão do conhecimento acerca da presença e representações femininas em sociedades ao redor do mundo.²²

Um exemplo dessa tendência foi – em paralelo com a criação de concursos acadêmicos que estimulavam a produção e a divulgação científica – também abrir espaços para linhas editoriais diferentes do que já estava estabelecido.

Não existia nada escrito sobre a mulher. Nem no Brasil e nem em língua portuguesa. Só teses universitárias. Existia apenas um livro da Carmem da Silva, *A arte de ser mulher*, editado pela Civilização Brasileira. Ela era famosa e escrevia para a revista *Cláudia* (...) era lida pelas universitárias nos anos 60 e pelas donas de casa nos anos 70. Olha só por que transformação a mulher brasileira passa de 65 a 75.²³

A Editora Rosa dos Tempos inaugurou, em plena década de 90, uma linha voltada aos temas emergentes e relacionados às condições de vida das mulheres brasileiras, dando maior ênfase às áreas de Humanidades e Ciências Sociais. Apesar de inovadora e ousada, a editora representou o resultado do conhecimento do movimento feminino e feminista, que ganhava novas cores desde a década de 70, trazendo praticamente duas décadas de empenho, expressões e novas abordagens, especialmente dentro das Ciências Humanas e Sociais.

Perfilaram nos catálogos nomes de feministas internacionalmente famosas e que serviam de base para a ampla discussão promovida já nos primórdios dos anos 90, com grande destaque aos lançamentos acadêmicos e que também acabavam se tornando modelos de estratégias comerciais.

De romances a análises elaboradas e reconhecidas como sucesso acadêmico, perfilaram nomes como Carol Gilligan, Nancy Chodorow, além de brasileiras, através da Coleção Arte de ser Mulher, uma série de livros focalizando tudo

(...) o que você precisa saber sobre o seu corpo e sua vida, desde esclarecimentos sobre a sexualidade até a releitura da história do ponto de vista da mulher. (...) A Editora Rosa dos Tempos convidou os mais importantes grupos e autores – do Brasil e de outros países – para escrever sobre cada assunto.²⁴

Atenção renovada diante de um novo panóptico²⁵ também se fortalecia como signatário das ambigüidades e das contradições advindas do próprio movimento de mulheres em geral.

As discordâncias sobre a teoria feminista engendram interpretações extremamente diversas das lições a serem tiradas da história das mulheres. Essas discordâncias emergem como as mais importantes uma vez que a história das mulheres parece estar mudando da história do feminismo para a história feminista.²⁶

O aparecimento, após a segunda metade do século XX, do que se denominou “feminismo radical” e das múltiplas referências à liberação da mulher, tornou-se um dos pilares não só para compreender os movimentos sociais das décadas de 60 e 70, como também matizou a ação política e conscientizadora das exigências listadas.

Com base em seu caráter político e ideológico, o feminismo trazia uma visibilidade às condições e às experiências das mulheres em todo o mundo. Temas relevantes que afetavam diretamente o domínio masculino, a cultura dominante e as disciplinas tradicionais ganharam uma dimensão até então inusitada: aborto, violação, violência e equidade no campo de trabalho foram redefinidos e colocados na agenda política nacional e internacional.

De radicais à visibilidade de “vozes diferentes”

A aparição do feminismo radical e do movimento de libertação da mulher no final dos anos 60 e princípio dos 70 teve uma relevância essencial na forma de definir política e movimentos sociais, assim como uma profunda mudança nos valores culturais do mundo ocidental.

O feminismo chamado de radical surge na América do Norte no final da década de 60 e ganha conotações expressivas, dependendo do país e das expressões desenvolvidas. No caso norte-americano, por exemplo, o movimento radical está intrinsecamente vinculado ao movimento anti-racista.

O caráter político das relações homem-mulher, além da idéia de que todo ser humano também é um ser político, ampliaram espaços de lutas, tais como meios de comunicação, debates acadêmicos, confirmando a idéia de que a experiência das mulheres se considera válida e é um campo de estudo a ser ampliado, além de avançar na agenda política nacional e internacional sobre as reais causas da exclusão e falta de liberdade e justiça sociais. O feminismo também foi convertido, em ampla escala e por direito próprio, em objeto de análise política, ocupando investigações acadêmicas, sendo tema recorrente de um número cada vez mais crescente de publicações e eventos específicos.

Da mesma maneira, o feminismo preparou uma análise endógena, além de propiciar uma larga análise acadêmica e política, começando pelas próprias ativistas do movimento, que abriram campos de investigação, criaram núcleos e grupos de estudos, aumentando o número de publicações e eventos.

É correto afirmar que o termo “radical” acabou sendo amenizado nos anos subsequentes, pois, com o passar do tempo, as idéias radicais tinham impactos expressivos na elaboração de políticas públicas, principalmente no caso brasileiro, incrementando ainda mais uma enorme quantidade de teorizações, publicações e debates feministas que mapearam as duas décadas de maior efervescência e que também foram responsáveis pela busca da unidade dentro do próprio movimento.

De radical a uma nuance relativista, o feminismo foi um movimento social ativo, orientado para a promoção constante da mudança social em prol da inclusão de sujeitos históricos relegados e destituídos de um efetivo exercício em favor da cidadania social. Em essência, sua configuração e suas manifestações foram se moldando com o intuito de responder às transformações da sociedade e de outras expressões sociais com os quais tinham proximidade, como é o caso das idéias progressistas socialistas e dos “verdes”.

Para elucidar essa assertiva anterior, podemos retomar Eric Hobsbawm, quando afirma que, desde a década de 1960, já se configurava uma nova esquerda.²⁷

Vários dos movimentos que se consideram parte da esquerda tendem a se concentrar em questões muito específicas. O movimento feminista é um exemplo importante, pois em teoria dispõe de uma ampla base e, no entanto, tem um programa muito limitado, mesmo no que se refere às questões de interesse das mulheres. Os ecologistas são outro exemplo. Esses movimentos pertencem ao que se poderia chamar de espectro da esquerda.²⁸

Na atualidade, o movimento acompanha uma tendência contemporânea de criação de uma comunidade global, assumindo um caráter internacional, de forma que as idéias e as práticas se entrelacem rapidamente, apesar das diferenças regionais e dos vários contextos políticos e sociais nos quais são geradas.

Partindo da premissa de que a contribuição do feminismo radical foi uma das forças ativas para a mudança mental e social que se instalou nos anos 60 e 70, pode-se buscar referendar suas origens, com base, predominantemente, na visão holística do mundo social, político, econômico, psicológico e cultural. Ademais, indicava a existência de um opressivo dualismo de gênero como um fator comum que tendia a avançar na constituição de uma sociedade mais justa.

A idéia de que a ação de liberação patrocinada pelo movimento feminista iria alcançar as esperanças revolucionárias de mudanças sociais mais amplas, atingindo todos as classes, sexo e etnias, também foi responsável por momentos de grande controvérsia. Isso se deve ao fato de que a experiência herdada e vivenciada pelas mulheres em relação à limitação de “igualdade de direitos”, da marginalização dentro dos movimentos esquerdistas e predominantemente dominados por homens, acaba sinalizando mais do que uma frente de batalha.

A busca de conscientização e de maior visibilidade das inquietações do movimento de mulheres trazia à tona lemas como acesso à educação e participação efetiva e irrestrita na esfera política como fundamentos da própria mudança social.

Apesar de algumas distinções de ordem conceitual, o feminismo foi idealizador de um processo sem antecedentes na práxis social: a idéia de que os indivíduos criam mecanismos de transformação social através de complexos processos de socialização (aprendizagem, identidade e experiência) com os quais se pode aprender e analisar na interação com a sociedade. Tal observação induz a uma reflexão geral por parte dos grupos excluídos e marginalizados, no que se refere à construção de uma sociedade alicerçada na liberdade e justiça social. Por isso, a eclosão de representações femininas e feministas no último quartel do século XX foi considerável e abraçou bandeiras além da própria liberação das mulheres e das representações organizativas.

Já o que se salienta para a terceira fase do feminismo é a idéia que foi originada de maneira mais difusa com a publicação do trabalho de Carol Gilligan, intitulado *In a Different Voice*, no ano de 1993, que emprestou contornos ideológicos específicos à expressão “somos diferentes”. Entrementes, as assertivas da autora centraram-se na celebração das diferenças, privilegiando a natural superioridade da mulher em relação ao homem, trazendo premissas da teoria biológica/cultural para as relações de gênero.

Gilligan traz novas abordagens sobre as relações existentes entre os sexos, especialmente neste livro, quando afirma que

A moral imperativa que surge repetidamente nas entrevistas com mulheres é um sinal de preocupação e demonstra a necessidade de aliviar os verdadeiros e os explícitos problemas deste mundo. Para os homens, a moral imperativa significa um impulso de respeitar os direitos dos outros e, assim, proteger os direitos humanos e o direito de ter uma vida completa. A insistência do cuidado feminino é mais autocrítico do que protetor, enquanto os homens valorizam a não-interferência.

Desenvolvimento para ambos os sexos significaria a integração de direitos e de deveres através da descoberta dos complementos para suas visões. Para as mulheres, essa integração vem através do entendimento da lógica psicológica das relações. Esse entendimento acalma o potencial autodestrutivo de uma moral autocrítica, indicando a necessidade de todas as pessoas (inclusive elas mesmas) de cuidados (...) Para os homens, o reconhecimento através da experiência e da necessidade de responsabilidade mais ativa no “tomar cuidado” corrige a indiferença potencial de uma moral sem interferências e desvia a atenção da lógica para as conseqüências das escolhas. No desenvolvimento de um entendimento ético, as mulheres vêm a violência gerada na desigualdade, já os homens, vêm a limitação da concepção de uma justiça cega pelas diferenças da vida humana.²⁹

Às linhas construídas por Carol Gilligan, se juntaram Nancy Chodorow,³⁰ Jane Flax, Zilha Eisenstein e outras feministas francesas, que suavizaram o discurso neo-esquerdista das norte-americanas e se aproximavam com veemência da psicanálise, trazendo um caráter mais interdisciplinar e menos combativo.

As teóricas feministas estavam intrinsecamente vinculadas a uma vertente inovadora, que buscava elaborar metodologias que incorporassem emoção e subjetividade ao processo do conhecimento científico, até então restrito às nuances da objetividade, neutralidade axiológica e racionalidade, dissociadas dos enfrentamentos e das experiências cotidianas e fenomenológicas vividas por esses sujeitos históricos.

A aproximação com novas abordagens e metodologias não só era percebida como um marco revolucionário, mas também trazia um cunho de revisão e de construção/reconstrução da história das mulheres a partir de suas práticas. Nesse sentido, pode-se dizer, consoante Rose Marie Muraro, que era

Um conhecimento que não se afastava do concreto e do vivido, integrando-se com o geral e o abstrato, já seria em si essencialmente ético, pois, por definição, a ética é o cuidado do coletivo dentro da vivência individual. A ética só existe como disciplina separada dentro de um sistema competitivo baseado na destruição do interesse do outro em benefício do interesse próprio.³¹

A atração das acadêmicas norte-americanas pelo discurso (simbólico) feminista francês foi uma longa e produtiva paixão. As teorias de Lucy Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva influenciaram o pensamento feminista norte-americano por quase duas décadas.

As estudiosas norte-americanas reinterpretaram as diferenças, abraçaram o imaginário, o sublime e a “*écriture féminine*” – aquela que desafia a ordem simbólica patriarcal –, a “*jouissance*” e o falocentrismo do desejo lacaniano. Com essa nova perspectiva e tendência historiográfica – especialmente europeia –, o feminismo transcende os limites da contemporaneidade e se autodenomina teoria pós-moderna. Acrescente-se ainda a influência, também francesa, da filosofia do desconstrucionismo (Jacques Derrida), da teoria da economia de trocas simbólicas e morte (Jean Baudrillard), das construções do poder, verdade e conhecimento (Michel Foucault) e do fim das grandes narrativas (J. J. Lyotard).

As obras do filósofo francês Michel Foucault, especialmente *Microfísica do Poder* e a *História da Sexualidade* se transformaram em cânones das interpretações pós-modernistas e sinalizavam novas fronteiras a serem percorridas pelo feminismo acadêmico. Foucault – pensador original no que tange as teses sobre conexões entre poder, verdade e resistência, ainda que tenha tomado de empréstimo idéias de F. Nietzsche (1844-1900), como hierarquias e princípio de renovação através da destruição – passou a ser o referencial maior.

Somente após a sua morte Michel Foucault (1926-84) foi nomeado um dos maiores inspiradores das teses sobre relações de gênero, de dominação e dos estudos da sexualidade. Aqui, é necessário lembrar que a agenda pública do feminismo pautou sua ação e organização – ao longo de todo o século XX – no ativismo combativo do pensamento marxiano e marxista.

Considerações finais

Do espaço privado, onde suas lutas e esforços tinham uma limitação – muito bem planejada e auferida pela ordem vigente – às arenas globais públicas e de grande expressão coletiva, como as mídias e os debates abertos em prol de novos rumos de políticas públicas nacionais e internacionais. Ademais, observar a organização original (a partir dos anos 60), que confrontava diretamente a velha ordem social sem mediações ou metas, as representações organizativas femininas e feministas foram modelando novos contornos para a trama social brasileira.

As revoluções não acontecem simplesmente quando se usam armas e a violência, mas um lento processo de mudanças nas condições de vida e de trabalho das mulheres, tanto em âmbito nacional como internacional, vem se desenhando desde meados do século XIX, ocupando espaços, ganhando adeptos/simpatizantes, bem como incorporando categorias relevantes na práxis das Ciências Humanas e Sociais.

Atualmente, pode-se deparar com uma agenda cheia de responsabilidades na construção de uma nova cidadania e liberdade, na qual as mulheres participam e tomam as rédeas de sua própria atuação diante dos enfrentamentos cotidianos. Aliás, isso também ressignificou o próprio conceito de cidadania³² e formas de pensar/fazer dentro de uma estrutura social que expressava mais do que relações de raça e classe.

De indivíduos isolados e de pouca articulação aos movimentos e agrupamentos de força regional e nacional, transformando-se em exponenciais “grupos de pressão” em relação aos direitos humanos fundamentais, apesar de sua escalada ser iniciada sempre com bandeiras que exigiam “direitos específicos da mulher”.

O cenário constitui o motor e o panorama de um crescente processo de conscientização, reivindicação e efetiva ação coletiva e solidária promovida por mulheres organizadas no Brasil do último quartel do século XX. Isso porque o ofício do historiador está prenhe de descobertas e de reconstruções, especialmente quando envereda pela história contemporânea brasileira e defronta-se com um vasto campo “arqueológico”, encoberto por um discurso oficial e de muitos “silêncios”.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutora em História pela Universidad de Leon, Espanha. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador, BA. Integrante da ANPUH e da comissão de Humanidades da Fapesb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia).

¹ GARDINER, J. e GLENN, E. N. Second wave. *Feminist Studies*, Summer 2001, Vol. 27; LERNER, G. Rethinking the second wave. *The Nation*. New York, 14/10/2002.

² MEAD, M. Sex and Temperament in three primitives societies. Apud FRIEDAN, B. *La Femme mystifiée*. Volume I. Genève, Gonthier, 1964, p. 154.

³ MARX, K. *O Capital*. Livro I. Volume 1, Capítulo XIII. São Paulo, Civilização Brasileira, p. 449.

⁴ BOWDITCH, J. e RAMSLAND, C. *Voices of the Industrial Revolution*. Michigan, University of Michigan, 1989, p. 755. (tradução livre da autora).

⁵ PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 53 e 187.

⁶ THONNSSEN, W. *The rise and decline of the Women's Movement in German Social Democracy*. London, Pluto Press, 1973, p. 17.

⁷ PERROT, M. e FRAISSE, G. Introdução: ordens e liberdades. I: DUBY, G. e PERROT, M. *A história das mulheres – século XIX*. São Paulo, Afrontamento, 1991, vol. 4, pp. 9-12.

⁸ IANNI, O. *Raças e classes no Brasil*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1972, p. 63.

⁹ PERROT, op. cit., p. 61.

¹⁰ BLAY, E. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978, p. 285. Para complementar esta abordagem ver também MADEIRA, F. e SINGER, P. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos Cebrap*, nº 13. São Paulo, 1973. Ver também CUNHA, M. C. da. Editorial. *Mulherio*, nº 1, 1981, p. 6.

¹¹ BENSTON, M. The political economy of women is liberation. *Monthly Review*, number 4, setembro 1969, p. 12

¹² PIERRE, P. A solidariedade feminina. *A Mensageira*, nº 35. São Paulo, 15 de dezembro de 1899, pp. 207-8.

¹³ Aqui cabe um intervalo para trazer exemplos do que se denomina atualmente “novos movimentos sociais”. Na Europa, a partir da proposta de Clauss Offe (1985), tais experiências poderiam ser também nomeadas por outros inúmeros designativos: novos movimentos de protesto, nova política, novo populismo, neo-romantismo, apolítica, comportamento político não-ortodoxo, política desordenada, além da própria terminologia.

“Os movimentos têm gerado também estruturas alternativas de poder local, particularmente junto às classes populares, sendo por isto incluídos na maioria das propostas e planos administrativos, governamentais ou não, que estejam preocupados com a questão dos processos de gestão democrática”. GOHN, M. da G. M. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 13.

¹⁴ BESSIS, S. Mulheres em movimento: Cem anos de feminismo. *Correio da UNESCO*, ano 28, nº 8, agosto de 2000, p. 18.

¹⁵ MURARO, R. M. *A mulher no terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1995, p. 173.

¹⁶ SAFFIOTI, H. A mística feminina na era da ciência. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975, p. 287.

¹⁷ Quatro anos depois, Muraro teve dois livros proibidos pela Lei Falcão, como sendo de caráter pornográfico – *A mulher na construção do mundo futuro* e *Libertação sexual da mulher*. Nesse mesmo período, em parceria com a jornalista Cidinha Campos e da feminista Heloneida Muraro, montou a peça de teatro *Homem não entra* (1975) e que, apesar do sucesso dentro do público feminino, suscitou críticas severas e protestos. “A peça foi ótima porque ela era uma verdadeira sessão de análise coletiva, porque a Cidinha fazia perguntas ao público e as mulheres respondiam a verdade só porque os homens não estavam lá (...) uma peça inteligente que levantava questões muito profundas da alma da mulher”. Ver TOSCANO, M. e GOLDENBERG, M. *A revolução das mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 33.

¹⁸ Quando se traz a abordagem sobre minorias excluídas, deve-se ter em conta a noção de que se trata de uma definição sociológica e não numérica; evidentemente, no caso das mulheres, a configuração que se encontra está muito distante da idéia de minoria estatística. A condição minoritária do gênero feminino não é um reflexo da composição demográfica da população, mas, sobretudo, a partir do modo como as relações sociais – expressando valores – acabam por definir a distribuição de prestígio, legitimidade e poder que matizam a organização dos vínculos entre homens e mulheres, somados a outros critérios de classificação social.

¹⁹ GREGORI, M. F., conselheira nacional dos Direitos da Mulher. Entrevista realizada por Regina Cunha Lima. *O Feminismo hoje no Brasil e no mundo*. *WMulher*. São Paulo, 2001.

²⁰ ALVES, B. M. e PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 9.

²¹ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Mulher e Educação*. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, IE/UFRGS, vol. 15, n. 2, julho/dezembro de 1990, p. 6.

²² Um trabalho teórico que vislumbra a questão dos estudos de mulheres e estudos americanos foi desenvolvido por Ann Cacuollos, professora da Universidade de Atenas – sobre a teoria feminista norte-americana – utilizando vertentes filosóficas e a base de Judith Butler. Ver CACOULLOS, Ann. *Feminist ruptures in women’s studies and american studies*. *American Studies International*, oct. 2000, vol. 38, n. 3, p.89-100.

²³ MURARO, R. M. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2000.

²⁴ Panfleto e folder da Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1998. Essa tendência é confirmada, não obstante, pela Plataforma Política Feminista. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6 e 7 de junho de 2002, p. 2, quando retrata a seguinte citação: “8. A luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não ter filhos resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e os direitos reprodutivos”.

²⁵ Os estudos de Foucault expressam uma possibilidade de interpretação, baseada na construção do Panóptico de Bentham: “é visto, mas não vê; objeto de uma informação, mas nunca sujeito de uma comunicação”. Ou ainda, para explicitar melhor a função desse elemento que pode ser utilizado como “máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos” a ver o que não pode ser visto. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 177-180.

²⁶ FOX-GENOVESE, E. Culture and consciousness in the intellectual history of european women. *Journal of Women in Culture and Society*, vol. 12, n. 3, 1987. Ver também, da mesma autora, os textos Para além da irmandade. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, 1992; Placing women’s history in history. *New Left Review*, n. 133, London, 1982.

²⁷ Vale a pena retomar um trecho da coordenadora geral do SOS Corpo, a socióloga Maria Betânia Ávila, quando afirma que: “No Brasil, o movimento feminista se organizou ainda sob o regime militar, e está, desde a sua origem, envolvido no processo de democratização do país. Nesse contexto, havia uma clara distinção entre esquerda e direita e o movimento feminista se situou, historicamente, no campo da esquerda. Isso significa que sua perspectiva de luta sempre foi a de transformação social, e que, assim como os partidos de esquerda, tem tido que repensar os novos caminhos para transformar a sociedade”. ÁVILA, M. B. Alianças e parcerias do movimento de mulheres. *Democracia Viva*, nº 2, São Paulo, fevereiro de 1998, pp. 25-31.

²⁸ HOBBSAWM, E. *O Novo século*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 110.

²⁹ GILLIGAN, C. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 34.

³⁰ Uma das obras mais importantes de Nancy Chodorow foi escrita na área da psicanálise, quando faz uma leitura da maternidade a partir das teorias freudianas. Ver *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1990. Neste item vale a pena sinalizar que as duas autoras – Carol Gilligan e Nancy Chodorow – foram das primeiras feministas estrangeiras a serem traduzidas e divulgadas amplamente pela Editora Rosa dos Tempos, seguindo a linha editorial definida desde sua inauguração.

³¹ MURARO, R. M. *A mulher no terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1995, p. 196.

³² A reestruturação do conceito de cidadania diz respeito à construção de novos campos de direitos, como direitos reprodutivos e direitos sexuais, e de novo sentido de responsabilidade social para as mulheres e para os homens. Implica, portanto, novos pactos de convivência e, no âmbito simbólico, uma redefinição dos perfis de cidadã e de cidadão. “A partir de uma perspectiva analítica mais ampla, o conceito de cidadania faz referência a uma prática conflitiva vinculada ao poder, que reflete as lutas acerca de quem poderá dizer o que, ao definir quais são os problemas comuns e como serão abordados. Tanto a cidadania como os direitos estão sempre em processo de construção e mudança”. Ver JELLIN, E. *Ante, de, en, y? Mujeres, derechos humanos. Red entre mujeres*. Lima, 1994, p. 26.